

● Tema da Semana

ENTIDADES REJEITAM PROPOSTA DE REAJUSTE SALARIAL

Governo vai esclarecer sua proposta à base dos servidores

As entidades sindicais dos servidores públicos federais rejeitaram a proposta apresentada pelo governo federal no dia 20 de abril em reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente para a recomposição salarial do funcionalismo que previa reajustes entre 9,5% a 29,38% para aposentados e pensionistas e entre 12,85% a 32,27% para os servidores ativos.

A proposta beneficia cerca de 905 mil servidores do Executivo civil e representa um avanço em relação à primeira apresentada pelo governo em 30 de março. Naquela ocasião, atendendo à colocação dos servidores, o governo, seguindo decisão tomada pelo Presidente da República, melhorou a proposta para os servidores aposentados e buscou uma suplementação de recursos orçamentários. Serão mais R\$ 400 milhões que irão se somar ao montante de R\$ 1,5 bilhão já disponível no orçamento de 2004 para a recomposição salarial dos servidores públicos federais.

Os representantes dos servidores insistiram na paridade entre servidores ativos e aposentados e não admitem que a recomposição salarial seja feita em cima de gratificações de desempenho como é a proposta do governo.

O Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sérgio Mendonça, disse que do ponto de vista econômico a oferta é final, mas o governo não vai retirar sua proposta. Adiantou que a partir de agora vai trabalhar para esclarecer os servidores todos os números e o que isso representa em termos salariais.

Mendonça acredita que os servidores, conhecendo a proposta, tenderão a aceitá-la e poderão discutir

com suas entidades representativas. Segundo o Secretário, o indicativo de greve está marcado para o próximo dia 10 de maio, prazo suficiente para as discussões e a divulgação junto às bases.

Sérgio Mendonça garante que os canais de negociação continuam abertos e acredita que neste tempo pode-se construir do ponto de vista dos servidores uma solução negociada, depois de devidamente divulgada a proposta a todos os servidores.

Segundo o Secretário de Recursos Humanos, o governo, na medida em que se relaciona com todos os servidores, e concluída esta etapa da negociação com as entidades, tem obrigação como empregador de informar a todos os servidores da proposta. A partir daí, destacou, “do ponto de vista da democracia e da negociação, é legítima a greve, mas acreditamos que o servidor, conhecendo bem essa proposta vai discutir com sua liderança a possibilidade de aceitar a proposta do governo e evitar a greve”.

Sérgio Mendonça enfatizou que a proposta apresentada é boa e não cabe ao governo julgar a atitude das entidades de rejeitá-la, mas acredita que o servidor, uma vez informado, irá reconhecer o esforço da bancada governamental em oferecer os reajustes que vão até 32%.

Mendonça destacou que tudo está sendo feito dentro dos limites orçamentários. “Não estamos fazendo uma farrá fiscal. Estamos nos mantendo nos limites do orçamento, com uma pequena suplementação para que a proposta garanta pelo menos a inflação para todos os servidores”, garantiu o Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento e Coordenador Geral da Mesa Nacional de Negociação Permanente.

Mesa Nacional de Negociação Permanente e representantes das entidades sindicais dos servidores públicos federais



Em Destaque

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO TEM REAJUSTE EM ABRIL

Aumento, o segundo em seis meses, estará incluído no próximo contracheque

Cerca de 460 mil servidores públicos federais ativos do Poder Executivo vão receber no segundo dia útil de maio (contracheques referente à remuneração do mês de abril) os novos valores do auxílio-alimentação, com reajuste de 18,5 %, conforme entendimentos na Mesa Nacional de Negociação, no início deste governo.

Esse é, portanto, o segundo aumento concedido no benefício no sentido de adequar o valor do auxílio-alimentação aos preços do mercado. O primeiro, pago em outubro do ano passado, elevou o auxílio-alimentação em cerca de 33% em todos os Estados brasileiros.

Os valores são revistos de acordo com a variação do preço médio da cesta básica. Segundo cálculos da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, esse segundo reajuste terá impacto de R\$ 9,8 milhões na folha de pagamentos do mês de abril, e um acréscimo anual – incluindo o primeiro reajuste – da ordem de R\$ 118,2 milhões. Como a preço da cesta básica varia de região para re-

gião, o benefício tem quatro valores distintos.

Os novos valores do auxílio-alimentação são os seguintes:

UF	UF Valor em R\$	UF	UF Valor em R\$	UF	UF Valor em R\$
MA	126,00	MS	126,00	AP	133,19
PI	126,00	MT	126,00	PA	133,19
TO	126,00	PR	126,00	CE	133,19
RN	126,00	SC	126,00	PE	133,19
PB	126,00	RS	126,00	BA	133,19
AL	126,00	AC	133,19	MG	143,99
SE	126,00	RO	133,19	RJ	143,99
ES	126,00	AM	133,19	SP	143,99
GO	126,00	RR	133,19	DF	161,99

SRH E OIT DISCUTEM RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR PÚBLICO

Seminário foi realizado no auditório do Ministério do Planejamento

Em Mesa Redonda realizada no auditório do Ministério do Planejamento no início deste mês, os coordenadores de recursos humanos dos diversos órgãos federais, autoridades e técnicos da Secretaria de Recursos Humanos e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) discutiram novo modelo para negociação coletiva no setor público. O assunto está sendo conduzido pela Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) e pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT).

O evento “Relações de Trabalho e Negociação Coletiva no Setor Público: Experiências In-

ternacionais e Reforma Trabalhista no Brasil” reuniu estudiosos do Uruguai e da França, que apresentaram as experiências obtidas em seus países e analisaram a situação brasileira.

Para o francês Bernard Gernigon, especialista da OIT que compareceu ao seminário, “é imprescindível o conhecimento das normas internacionais dentro do funcionalismo brasileiro, uma vez que cada país tem seu próprio sistema, sua história e seus sindicatos. Mas o mais importante é se apropriar das experiências mundiais e aculturá-las”, definiu.



Ocupante, ex-ocupante e foreiro: Procure a Secretaria do Patrimônio da União até **7 de maio de 2004** e informe-se sobre a sua situação. Evite ter seu nome incluído na **Dívida Ativa da União**.

*Em Destaque***CURSOS DA ENAP***Restam poucas vagas para este semestre*

A ENAP, Escola Nacional de Administração Pública, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, está com inscrições abertas para cursos a serem realizados no mês de junho, tais como análise e melhoria de processos, elaboração de indicadores de desempenho institucional, melhoria da gerência pública e mobilização de equipes. Já foram encerradas as inscrições para os demais.

A ENAP é um centro de referência no aprimoramento profissional e no desenvolvimento de competências dos servidores públicos. A finalidade de suas atividades é, portanto, aumentar a capacidade de governo na gestão das políticas públicas.

A programação é definida semestralmente. O servidor que pretendia fazer algum dos cursos da escola e não conseguiu vaga deve ficar atento à programação do segundo semestre, que será divulgada durante o mês de maio.

Para obter maiores informações sobre os cursos disponíveis e detalhes como público-alvo, objetivos de aprendizagem, metodologia, principais tópicos abordados e carga horária acesse:

http://www.enap.gov.br/catalogo/cursos/calendario_cursos_ano2004.asp

Fazem parte do programa de aprendizagem da ENAP:

- ▶ Atividades de capacitação para dirigentes, gerentes e segmentos estratégicos do serviço público em temas relativos ao desenvolvimento gerencial, tais como: gestão de pessoas, gestão de suprimentos, gestão orçamentária e financeira, elaboração de indicadores de desempenho institucional, planejamento estratégico, negociação, liderança. Incluem-se nessas atividades, cursos presenciais, a distância e sob medida; seminários nacionais e internacionais; oficinas temáticas; cafés com debate e palestras.
- ▶ Formação Inicial e Aperfeiçoamento para carreiras do Serviço Público Federal, cujos cursos integram o processo seletivo dos concursos públicos para as carreiras de Analista de Planejamento e Orçamento e, de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.
- ▶ Cursos de Especialização em áreas temáticas consideradas relevantes para o Estado. A Especialização em Gestão Pública foi reconhecida pelo MEC em 2003.

Em apoio ao seu programa de aprendizagem, a ENAP produz estudos e pesquisas sobre diferentes aspectos da gestão do Estado, publica livros e cadernos e a Revista do Serviço Público e, promove o Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. A Escola atua também em cooperação com centros internacionais de excelência em gestão pública do Canadá, França, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos.

*Tire suas Dúvidas***Pergunta:**

Servidor que vem acumulando legalmente proventos decorrentes de aposentaria voluntária (proventos integrais) com remuneração referente ao exercício de outro cargo efetivo de professor, poderá obter nova aposentadoria nesse cargo?

Resposta:

Sim, vedada a contagem de tempo de contribuição cumulativa prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgão ou entidades dos poderes da União (Estado, Distrito Federal e Município, autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista e empresa pública). Ressalte-se que nesta situação aplica-se o teto estabelecido pela Constituição, que é hoje de R\$ 19.115, conforme definido pelo Supremo Tribunal Federal.

Cidadão, fique atualizado sobre as ações mais importantes do governo federal: medicamentos mais seguros, combate à lavagem de dinheiro, reforma agrária, fome zero e muito mais. Escreva para emquestao@secom.planalto.gov.br e assine.

em questão<http://www.brasil.gov.br/emquestao>